



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
CONTROLADORIA GERAL

Parecer do Controle Interno de Aditivo Contratual
Primeiro Aditivo – Contrato nº 20240094

Processo: 19/2023	Modalidade: Tomada de Preços
Objeto: Reforma e ampliação da E. M. E. F. Nilza de Assis, na comunidade do Pirateua, no município de Augusto Corrêa-PA.	
Contrato: 20240094 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Contratado: JBCOMERCIO E SERVICOS LTDA Valor: R\$ 564.393,99 (quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos. Vigência: 01 de fevereiro de 2024 à 30 de julho de 2024.	
Primeiro Aditivo: Aditamento de prazo – Prorroga a vigência contratual de 30 de julho de 2024 à 28 de outubro de 2024.	

1

1. Introdução

A Controladoria Geral do Município – CGM, por força do disposto no artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Augusto Corrêa, constitui-se no órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno, no âmbito do executivo municipal, devidamente regulamentado pela Lei 1.532 de 22 de março de 2005 e pela Lei 1.739 de 29 de dezembro de 2010, em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 7.739/2005, editada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.

Enquanto órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno é de sua competência, dentre outras, examinar as fases de execução da despesa verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade. Sendo, portanto, sua atribuição, a fiscalização de todas as contas da administração municipal.

2. Análise do Processo

O presente parecer trata do pedido de aditamento ao Contrato nº 20240094, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a empresa JBCOMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 43.821.348/0001-52, originado da Tomada



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
CONTROLADORIA GERAL

de Preços nº 19/2023, que tem por objeto a reforma e ampliação da E. M. E. F. Nilza de Assis, na comunidade do Pirateua, no município de Augusto Corrêa-PA.

No dia 05 de julho de 2024, a empresa JBCOMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 43.821.348/0001-52, solicitou a prorrogação do prazo de vigência do contrato alegando prejuízo no cronograma de execução da obra em decorrência do período chuvoso e da alteração da planilha de execução de serviços. A empresa solicitou um acréscimo de prazo de 120 (cento e vinte) dias. A vigência atual do contrato compreende o período de 01 de fevereiro de 2024 à 30 de julho de 2024.

Ao analisar a solicitação de aditivo da empresa, a Secretária Municipal de Educação – IVANEZ BALDEZ DO NASCIMENTO encaminhou o pedido ao Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, afim de apurar a real necessidade do prazo solicitado, bem como um relatório dos boletins de medição já executados pela empresa.

No dia 11 de julho de 2024, o Departamento de Engenharia se pronunciou por meio da Nota Técnica nº 001/2024, na qual afirmou que a empresa já havia executado o percentual de 44,84% da obra. Dessa maneira, solicitou que fosse concedido a empresa o prazo de 90 (noventa) dias para finalização da obra.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, a prorrogação de prazo pode ocorrer se a situação se enquadrar em uma das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, bem como nos §1º e §2º do mesmo artigo. Como se observa no trecho abaixo:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
CONTROLADORIA GERAL

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Dessa forma, e como se observa no presente texto, a prorrogação de prazo, além de se enquadrar nas hipóteses previstas, deve ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

No presente caso, se vislumbra tanto o enquadramento da situação, quanto o atendimento dos requisitos formais para a prorrogação de prazo. Haja vista a justificativa apresentada e a existência de interesse de ambas as partes na continuidade da prestação dos serviços.

Dessa maneira, o Contrato nº 20240094, passa a vigorar com um acréscimo de prazo que vai de 30 de julho de 2024 à 28 de outubro de 2024. O Aditivo foi assinado no dia 30 de julho de 2024 e publicado no Diário Oficial da União em 05 de agosto de 2024.

3. Recomendações

Não há recomendações.

4. Conclusão

Após a análise, por esta controladoria, do pedido de aditamento ao Contrato nº 20240094, originado da Tomada de Preços nº 19/2023, que tem por objeto a reforma e ampliação da E. M. E. F. Nilza de Assis, na comunidade do Pirateua, no município de Augusto Corrêa-PA, não foram encontradas quaisquer discrepâncias que venham a constituir irregularidades por parte da Administração Municipal, estando o aditamento contratual devidamente justificado e formalizado.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
CONTROLADORIA GERAL

Diante do exposto, esta controladoria interna é de **PARECER FAVORÁVEL**, ao aditamento contratual supracitado, considerando tudo o que foi exposto no item 2 e observando as recomendações contidas no item 3 deste parecer.

É o parecer que remeto a considerações superiores.

Augusto Corrêa-PA, 08 de agosto de 2024.

4

Responsável pelo Controle Interno:

Cássio Luís Santos Teixeira

Controlador Geral
Decreto nº 127/2023